

**UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO EM BAGÉ NO PERÍODO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO A PARTIR DO JORNAL *DEFATO* (1986-1987)**

A STUDY ON EDUCATION IN BAGÉ IN REDEMOCRATIZATION PERIOD FROM
THE *DEFATO* NEWSPAPER (1986-1987)

UN ESTUDIO SOBRE LA EDUCACION EN BAGÉ EN EL PERIODO DE
REDEMOCRATIZACIÓN DESDE EL DIARIO *DEFATO* (1986-1987)

Matheus Rodrigues dos Santos¹ 0000-0002-5907-8932
Alessandro Carvalho Bica² 0000-0003-2532-5007

¹Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil;
matheusrodriguesdosantos97@gmail.com

²Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil;
alessandrobica@unipampa.edu.br

RESUMO:

O presente artigo científico, situado no campo da História da Educação, tem como objetivo apresentar os resultados obtidos por meio da dissertação de mestrado “É tempo de luta! A história da educação pública em Bagé a partir das páginas do Jornal *DeFato* (1986-1987), cujo desenvolvimento deu-se no Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus Bagé. Para isso, contextualizaremos como chegamos até a nossa fonte, apresentaremos os aportes metodológicos utilizados para a elaboração da pesquisa, bem como tornaremos visíveis dados os quais entendemos serem caros à compreensão do estudo que nos propomos a desenvolver durante os anos de 2021 e 2022. De tal maneira, por meio deste trabalho, conseguiremos perceber que o *DeFato* ajuda com que se estabeleça análises complexas sobre os embates a nível educacional que ocorreram no Brasil durante a fundação da Nova República (1985-atual), corroborando para o entendimento da conjuntura política existente à época.

Palavras-chave: educação; história do Brasil; história da educação;

ABSTRACT:

This scientific article, located in the field of History of Education, will present the results obtained through the master's thesis “It's time to fight! The history of public education in Bagé from the pages of Jornal *DeFato* (1986-1987)”, developed in the Postgraduate Program in Teaching, at the Federal University of Pampa (Unipampa) – Campus Bagé. To do this, we will contextualize how we arrived at our source, present the methodologies and make visible many important issues for the study that we developed between 2021 and 2022. In this way, through this work, we will be able to understand that *DeFato* helps to establish complex analyzes on the educational clashes occurred in Brazil during the founding of the New Republic (1985-current), corroborating the understanding of the existing political situation at the time.

Keywords: education; history of Brazil; history of education; press history.

RESUMEN:

Este artículo científico, ubicado en el ámbito de la Historia de la Educación, tiene como objetivo presentar los resultados obtenidos a través de la disertación de maestría “¡Es hora de luchar!

La historia de la educación pública en Bagé a partir de las páginas del Jornal *DeFato* (1986-1987), que fue escrito para el Programa de Posgrado en Magisterio, de la Universidad Federal de Pampa (Unipampa) – Campus Bagé. Para eso, contextualizaremos cómo llegamos a nuestra fuente, presentaremos los aportes metodológicos utilizados para preparar la investigación, así como visibilizaremos datos que creemos que son importantes para entender el estudio que nos proponemos desarrollar durante los años 2021 y 2022. De esta manera, a través de este trabajo, podremos comprender que *DeFato* ayuda a establecer análisis complejos sobre los enfrentamientos educativos ocurridos en Brasil durante la fundación de la Nueva República (1985-actual), ayudando la comprensión de la situación política existente en el momento de su publicación.

Palabras clave: educación; historia de Brasil; historia de la educación; historia de la prensa.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos por meio da dissertação de mestrado “É tempo de luta! A história da educação pública em Bagé a partir das páginas do Jornal *DeFato* (1986-1987)”, de autoria de Matheus Rodrigues dos Santos sob orientação do Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica, cujo desenvolvimento deu-se no Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus Bagé. Para tanto, contextualizaremos como chegamos até a nossa fonte, apresentaremos os aportes metodológicos utilizados para a elaboração da pesquisa, bem como tornaremos visíveis dados os quais entendemos serem caros à compreensão do estudo que nos propomos a desenvolver durante os anos de 2021 e 2022.

Para chegarmos até nossa fonte, começamos por realizar um levantamento dos acervos existentes em Bagé. Após isso, delimitamos quais jornais poderiam nos fornecer informações sobre o percurso da história da educação pública baixeense, por uma via que não a da grande imprensa do município. Assim, chegamos ao *DeFato*, que tinha Mário Pinheiro — um reconhecido militante e intelectual da esquerda da cidade — como um dos seus proprietários.

Depois de termos tido conhecimento do jornal, fizemos contato com Pinheiro. Ele não só viria a nos ceder todas as edições do semanário, como também desvelaria uma imbricação que nos era muito cara: a da linha editorial independente que o espaço possuía. Esta questão nos possibilitaria um olhar amplo, sob distintos prismas, acerca dos movimentos educacionais que emergiram no país ao final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), bem como também oportunizaria que vislumbrássemos possíveis reflexos do momento em questão sobre aquilo o que viria a pautar o magistério da cidade e do país.

Escolher pela utilização de tal jornal como fonte de pesquisa para a nossa possibilitou que compreendêssemos os movimentos políticos, de forma historicizada, que influenciaram e

nortearam a educação brasileira durante o tempo em que ele fora publicado. O uso do gênero impresso numa pesquisa historiográfica, tal qual a que desenvolvemos, justificou-se por sua capacidade de mobilizar um retrato, ainda que não totalmente preciso, bastante complexo e abundante em detalhes sobre aquilo o que já se passou (Traina, 2009). Além disso, a mobilização de noções que pautam investigações a partir de fontes impressas possibilitou uma correlação entre o período atual e o recorte o qual está se buscando analisar, corroborando para que as complexibilidades que o constituem fossem perdidas o mínimo possível (ibidem).

Quanto às noções do que é uma fonte, seguimos o que Saviani pondera sobre o assunto ao trata-las enquanto um objeto historicizado “que está na origem de um fenômeno” (Saviani, 2004, p. 5), ainda que não o seja, de fato. Logo, ela será dotada de incompletude, não podendo ser tratada como algo definitivo.

No caso da história, evidentemente não se poderia falar em fontes naturais já que **todas as fontes históricas**, por definição, são construídas, isto é, são produções humanas (não está em causa, aqui, a questão relativa a uma possível história natural). Além disso, é preciso considerar que, a rigor, a palavra fonte é usada em história com sentido analógico. Com efeito, **não se trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico considerado. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado.** Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a **fonte do nosso conhecimento histórico**, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (Saviani, 2004, p. 5, grifos nossos).

Podemos entender através do que nos é dito por Saviani, que tais objetos são imprescindíveis para a compreensão do mundo à época de suas produções. Ao pensarmos na imprensa impressa, como é o caso do Jornal *DeFato*, somos capazes de vislumbrarmos um espaço aberto a embates políticos, sociais e ideológicos, que representam os acontecimentos ocorridos entre os anos de 1986 e 1987 na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul.

Salientamos que o uso da imprensa como matriz de investigação oferece-nos importantes aproximações junto aos norteadores que fundamentam pesquisas situadas no âmbito da História da Educação. É por isso que ao encararmos o *DeFato* através de um olhar rigoroso e sistematizado, notamos nele um objeto fundamental para a compreensão do percurso político-educacional do período em questão, o que o torna algo único para o “estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia” (Nóvoa, 1997, p. 31).

De tal maneira, parece lícito afirmarmos que ao desenvolvermos essa pesquisa historiográfica, posicionamo-la, em específico, dentro deste campo da História da Educação. Essa escolha oportuniza que joguemos luz sobre questões as quais sofreram apagamentos em

decorrência do tempo e também que revisitamos a memória acerca de atores envolvidos nos processos educativos da região, atentando para aspectos que diziam respeito ao cotidiano escolar e a sua cultura durante os anos de fundação da Nova República (1985-atual). Deste modo, entendemos que os relatos acerca dos acontecimentos na educação da cidade, encontrados no jornal, podem ajudar a tornar visível alguns dos anseios que a comunidade municipal possuía sobre as demandas escolares, colaborando para o debate e o entendimento sobre o assunto.

Ademais, buscamos analisar nosso objeto sob a ótica da metodologia histórico-crítica, dado que ela nos possibilita construir um arcabouço “empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não-escrito” (Bica, 2013, p. 29). Logo, a análise desse documento histórico indubitavelmente precedeu ser feita por meio de uma perspectiva dialética, que buscou reconhecer os fenômenos da educação sempre como “resultados e/ou efeitos do seu tempo” (ibidem) os quais serão institucionalizados pelo passado.

É válido destacar, ainda, que se por um lado escolhemos a metodologia histórico-crítica como perspectiva teórico-metodológica; por outro, temos nos procedimentos da análise documental a abordagem técnico-metodológica que empregamos no trabalho. Assume-se, nesta lógica, o desejo de retornar ao conteúdo de textos e/ou documentos com objetivo de rememorá-los, a fim de facilitar a recuperação de informações (Cunha, 1989). Para isto, o modelo vai pressupor alguns passos, que dirão respeito principalmente ao desempenho de suas funções de análise, síntese e representação de acordo com as características próprias que cada documento possui. De tal modo, para a elaboração de nosso *corpus* de análise, optamos primeiramente por um recorte temporal, em que buscamos investigar o período o qual se deu à época de publicação do nosso impresso. Em seguida, atentamos o olhar para questões relacionadas a educação pública, em específico. E, assim, finalmente buscamos compreender alguns aspectos, como:

- *Quem escreve sobre a educação jornal?*
- *Qual o lugar de quem escreve?*
- *O que se escreve sobre educação?*

A análise documental possui uma visão ampliada das noções comumente empregadas ao tipo de material estudado, indicando ele ir muito além somente de registros escritos. É, por isso, que ela desliza o sentido de uma leitura única e absoluta sobre a fonte, dado que a complexibilidade da linguagem e os sujeitos — naturalmente atravessados pela ideologia — serão por ela afetados também (Cunha, 1987).

Guba e Lincoln (1981) entendem esse tipo de análise enquanto uma ampla apuração de distintos e diversos materiais, que: 1) não foram utilizados em algum outro trabalho de análise;

2) que podem ser reanalisados com o objetivo de se achar novas informações acerca deles. Lüdke e André (2007) ainda contribuem sobre os preceitos por de trás desse tipo de análise, ao indicarem que ela tem por objetivo encontrar informações concretas nos documentos “a partir de questões ou hipóteses de interesses” (ibidem, p. 38-39) que ajudarão na construção do norte a ser seguido pelo pesquisador.

Além disso, procurar entender como essa complexibilidade transforma-se e desloca-se a partir do que é dito e não-dito na fonte estudada nos permite apontar os efeitos, a nível de discurso, que são produzidos sobre a educação. Dessa maneira, numa conjuntura de crescente debate sobre o modo como medidas adotadas no passado, ainda hoje, ecoam nas estruturas de organização da sociedade brasileira — e, principalmente, na educação — ajudar na construção do conhecimento do assunto torna-se um importante aliado para a compreensão de uma problemática fundamental para o entendimento do presente.

2. A história do Jornal *DeFato*: Fundação e Organização

O Jornal *DeFato*, publicado no município de Bagé (RS) em 1986 e 1987, surgira enquanto uma alternativa de leitura ao até então mais popular veículo de informação da cidade, o Correio do Sul (1914-2008), que à época de sua publicação possuía forte ligação com setores latifundiários da região, além de uma linha editorial bastante alinhada ao governo municipal de Carlos Sá De Azambuja, cuja eleição daria-se de forma indireta em 1979 — estendendo-se até 1986 —, por meio de indicação do presidente-ditador, João Figueiredo.

A concepção do modelo jornalístico do veículo, que ao todo teve 53 edições, se deu inicialmente pelas mãos dos então jornalistas, Mario Pinheiro¹ e Roberto Almeida². No entanto, em decorrência dos altos valores necessários para o custeio das suas atividades, ele acabara funcionando de modo semelhante a uma cooperativa, que embora nunca tenha sido formalizada em pessoa-jurídica, guiava a operação por de trás do negócio. O processo de publicação que possuía ficava na responsabilidade da empresa Consciência Editorial LTDA, que tinha como sócios ambos os jornalistas supracitados, em conjunto do advogado José Paulo Ferraz. Para que isso fique mais claro, a tabela abaixo exemplifica um pouco de sua estrutura de operação.

¹ Mario Pinheiro, anos após o fim do jornal formou-se em Ciências Contábeis e, atualmente, possui um escritório no município de Bagé.

² Jornalista formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 01 – Dados gerais sobre o Jornal *DeFato*

Jornal <i>DeFato</i>				
Fundadores	Primeira Publicação	Última Publicação	Funcionamento	Total de edições
Mario Pinheiro e Roberto Almeida	27/09/1986	23/10/1987	1986 & 1987	53

Fonte: Elaborada pelo autor (2023), com base em ABNT (2018, p. 02) e IBGE (1993, p. 12-30).

A formação inicial da equipe de profissionais do jornal contava com pessoas que atuavam nas mais diversas áreas do conhecimento dentro da Rainha da Fronteira. Em reunião realizada na sede da Sociedade Espanhola³, meses antes do primeiro número do *DeFato* aparecer nas bancas, aproximadamente quarenta sujeitos assinaram a sua ata de fundação. Estavam, dentre eles, Mara Sandra Araújo⁴, que assumira a função de Diretora-Presidenta; Roberto Almeida e Mario Pinheiro, Diretores-Editores; Marcos Salim⁵, Diretor-Financeiro; Moacir Marum⁶, Diretor Comercial; além, também, de outras prestigiadas figuras da cidade, tais quais as docentes Ada Cristina Silveira⁷, Alda Maria Ghisolfi⁸ e Tânia Mara Correa da Silva⁹, o empresário Walmore Neto¹⁰ e o advogado Décio Floriano Lahorgue. Estes, todos, acabaram compondo o Conselho Editorial da empresa.

Este encontro, além de servir para que fossem definidas as funções exercidas por cada um no local, configurou-se igualmente como uma espécie de assembleia deliberativa, a fim de definir a linha editorial que viria a ser seguida pelo impresso. Não obstante, as pessoas que rubricaram a primeira ata, passaram a constar enquanto *cotistas* do veículo ao contribuírem espontaneamente com valores financeiros que seriam destinados a sua manutenção inicial. Os montantes, se na cotação da moeda atual, variariam de quinhentos até cinco mil reais.

Do ponto de vista do espectro político-ideológico desses cotistas, podemos dizer que ele era amplo, composto por sujeitos os quais faziam parte de diversos partidos políticos situados tanto no campo da esquerda, quanto no da centro-esquerda. Todos, sem exceção, críticos da recém-fundada Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

³ Associação fundada em 20/12/1968, cujo objetivo era, inicialmente, congregar pessoas espanholas residentes em Bagé. Disponível em: <https://www.sociedadeespanhola.com.br/sobre>. Acesso: 23/08/2022.

⁴ Mara, à época, era socióloga e professora do curso de Ciências Sociais da Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

⁵ Formado em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e empresário no município de Bagé.

⁶ Empresário bajeense que foi fundador da primeira locadora de videocassete da região, a “Página Central”.

⁷ Formada em Comunicação Social/Jornalismo, Ada atua como professora no Centro de Ciências da Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

⁸ Então professora do Curso de Letras da Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

⁹ Graduada em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense.

¹⁰ Publicitário.

Além disso, a relação com outros grupos de editorias, tal qual a Agência Jornal Brasil e a *Associated Press*, permitia com que intelectuais conhecidos nacionalmente, como o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser presidente do Brasil anos depois, a filósofa Marilena Chauí e o sociólogo Joelmir Beting, escrevessem quase que semanalmente colunas no espaço.

A publicação do impresso supracitado ocorria de forma semanal e se dera 13 vezes no ano em que iniciou os seus trabalhos e outras 40, no posterior. É interessante percebermos o modo como ainda que tenha existido um maior número de lançamentos em 1987, o número de páginas contido em cada edição fora paulatinamente diminuindo, muito provavelmente em decorrência de problemas financeiros que são indicados pela primeira vez no editorial de 09 a 15 de janeiro de 1987, que transcreveremos parcialmente abaixo.

Nos dois primeiros meses do ano **Bagé sofre um retraimento em certos setores da economia**. As férias escolares, viagens e veraneio tiram parcela significativa dos bageenses da cidade. *DeFato*, adaptando-se a tal situação **circula com seu número de páginas reduzidos provisoriamente** (DEFATO, 09 a 15 de janeiro de 1987, grifos nossos).

Como é possível percebermos no editorial acima, após o início de 1987, o jornal começara a lançar edições as quais continham um número reduzido de páginas, possivelmente em decorrência de problemas financeiros. Nela, fica posto que o impresso teria de se adaptar ao “retraimento” (parte grifada) existente em certos setores da economia bajeense naquele início do ano; o fato curioso, no entanto, é que essa diminuição no número de páginas não se deu somente neste curto espaço de tempo, expandindo-se, do mesmo modo, para todo o último ano de circulação que o semanário possuiu.

O quadro que segue traça um comparativo entre a quantidade de páginas que as publicações do veículo continham em cada um dos anos em que circulou. De tal modo, ele aponta para um aspecto curioso: somente em duas oportunidades o *DeFato* conseguiu repetir o número mínimo de páginas que teve nas publicações em 1986, só que em 1987.

Quadro 02 – Dados sobre o número de páginas em cada edição do *DeFato*

Jornal DeFato [1]			
Ano de Publicação	Total de Publicações	Nº de Páginas por Publicação	Nº de vezes em que a quantidade de pags. se repete
1986	13	20	08
-	-	16	05
Jornal DeFato [2]			
Ano de Publicação	Total de Publicações	Nº de Páginas por Publicação	Nº de vezes em que a quantidade de pags. se repete
1987	40	16	02
-	-	12	19
-	-	08	19

Fonte: Elaborada pelo autor (2023), com base em ABNT (2018, p. 02) e IBGE (1993, p. 12-30).

Como o quadro apresentado mostra, existe uma queda vertiginosa no número de publicações realizadas pelo *DeFato* no ano que se inicia os trabalhos da Assembleia Geral Constituinte. Coincidentemente ou não, é no começo de 1987 que o jornal cria o seu caderno rural, que viria a ser patrocinado por figuras reconhecidas da agropecuária de Bagé. É nessa fase, por exemplo, que a Cicade¹¹, a Veterinária Torrescasana e o Pereira Remates LTDA passam a apoiar monetariamente o espaço, além de ser neste período também que anúncios de veículos agrícolas começam a aparecer com determinada frequência nele.

As justificativas oficiais para que essa editoria passasse a fazer parte do jornal, no entanto, basearam-se no argumento de que a agricultura e a pecuária se constituíam as bases econômicas de Bagé, de maneira a terem influencia em toda a Região da Campanha. O anúncio da criação do caderno rural do *DeFato* se deu na sua publicação de número 17 e pode ser observada abaixo.

DEFATO LANÇA CADERNO RURAL: Está em fase de planejamento, devendo ser lançado nas próximas semanas, o suplemento rural de DeFato. Por que fazer um caderno sobre agropecuária? Ora, se é uma realidade que a cidade cresceu, e necessitava de um jornal dinâmico, também é fato que a agricultura e a pecuária constituem, ainda, as principais atividades econômicas do município. Provas disso são as nossas cooperativas, principais contribuintes de ICM da cidade, a Cobagelã, que possui importância em toda a região; a CICADE: um dos maiores frigoríficos do país. Aqui localizam-se, também, alguns dos melhores haras do Brasil. Há, ainda, a Expo-feira de Rústicos, a orizicultura... A editoria do caderno está sob a responsabilidade da jornalista Ada Cristiana Silveira.

2.1 As narrativas sobre educação dentro do DeFato

O período de transição para a Nova República (1985-atual) fora marcado por inúmeros debates acerca de temas que viriam a afetar o futuro da sociedade brasileira após o final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Isso fez com que assuntos, que passariam a compor o chamado *Tripé da Cidadania Plena* a partir da elaboração da Constituição Federal (1988), tornassem-se recorrentes no debate público do país. Para além das temáticas relacionadas à saúde e à segurança, que foram surrupiadas durante os anos de militarismo (Kinzo, 2001), a tríade em questão contava com um olhar muito atento à educação; motivo este pelo qual o tópico passou a ter uma ampla cobertura midiática sobre si.

¹¹ Rede de Frigoríficos.

Figura 01 – Editorial da edição de nº 0 da página destinada à educação no *DeFato*



Fonte: Jornal *DeFato*/Arquivo Pessoal

Na esteira deste movimento que acontecia nos grandes veículos de comunicação, o *DeFato* reservara um espaço bastante privilegiado para o aprofundamento do assunto. A página a ele destinada possuía como editora a professora Tânia Mara Corrêa, que era graduada em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense e pós-graduada em Comunicação, Expressão e Cultura na mesma instituição.

A abertura da coluna destinada à temática, por meio do seu editorial (figura 01) de entrada, indicava o tom de análise que o espaço teria sobre questões referentes ao magistério municipal, estadual e federal. Mas não só isso, apontava também para importantes reflexões sobre o direito à educação, a qualidade do ensino nas escolas brasileiras e o tensionamento sobre os rumos que o tema teria no país da Assembleia Nacional Constituinte.

Com o objetivo de organizarmos o nosso processo de garimpagem (Pimentel, 2001) quanto ao tópico, buscamos sistematizar as matérias sobre a educação encontradas no *DeFato* ao longo das 53 edições que ele teve. Para isso, inicialmente, voltamos o nosso olhar para os títulos das reportagens publicadas no semanário ao decorrer de sua existência, de modo a destacarmos dois diferentes níveis de terminologias. Num primeiro nível, nos utilizamos de expressões de busca mais amplas, como: Ensino, Ensino Básico, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Público, Educação, Escola, Colégio, Magistério e Greve. Já num segundo, atentamos para expressões que remetessem a entidades, tais quais: SMEC¹², CPERS¹³ e SINPRO¹⁴. A partir da procura baseada nos parâmetros supracitados, foram achadas 42 matérias que se enquadravam em nossa busca. Estas, por sua vez, foram subdivididas em dois grandes eixos, que são: I. Rede Municipal de Ensino; II. Rede Estadual de Ensino.

¹² Secretaria Municipal de Educação e Cultural

¹³ Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

¹⁴ Sindicato dos Professores do estado do Rio Grande do Sul

Do total de reportagens que acabamos garimpando, 24 dissertavam sobre questões ligadas ao Eixo I, da Educação Municipal. Outras 18, referiam-se ao Eixo II, com foco na Rede Estadual.

Quadro 03 – Categorização do Jornal *DeFato* e a Educação

Jornal DeFato e a Educação		
Categorias	Rede Municipal de Ensino	Rede Estadual de Ensino
Nº de vezes que aparecem	24	18

Fonte: Elaborada pelo autor (2023), com base em ABNT (2018, p. 02) e IBGE (1993, p. 12-30).

Após fazermos esta categorização mais ampla, optamos ainda por uma nova subdivisão que teve como propósito destacar, em específico, a temática que cada matéria existente no jornal possuía. No que diz respeito ao *Eixo I*, destacamos: doze matérias direcionavam-se ao debate por melhorias e direitos para o magistério municipal, incluindo desde a luta pelo Piso Municipal do Magistério, até a busca por Eleições Diretas para diretores nas escolas do município. Outras dez reportagens referiam-se ao modo como políticos se utilizavam do discurso sobre educação com fins eleitorais. E, além destas, outras duas repercutiram o grave problema estrutural que os colégios da cidade enfrentavam à época. Já no *Eixo II*, pudemos perceber que todas as notícias, direta ou indiretamente, passavam pela *Greve dos 96 Dias*, ocorrida em 1987, que pautava o cumprimento da Lei 8026, cujo texto previa dentre outras coisas o pagamento do Piso Estadual do Magistério e o Plano de Carreira do professorado do Rio Grande do Sul.

2.1.1 O DeFato e a Rede Municipal de Ensino

A página destinada a educação dentro do *DeFato* (1986-1987), demonstrou-se no decorrer de sua publicação, um poderoso espaço de debate para os acontecimentos que afetavam diretamente o magistério municipal. Dentro das primeiras 13 edições do jornal, referentes aos lançamentos do semanário em 1986, o tom ‘ácido’ normalmente adotado por Tânia Correa em seus editoriais, revela a tônica inflamada que a conjuntura apresentava.

Os primeiros comentários encontrados no semanário, que nos ajudam a começar a compreender os incidentes sobre a educação que estavam acontecendo naquele momento, aparecem logo na primeira publicação após a estreia pública do veículo. A Página da Educação no *DeFato* apresenta na edição de 12 de outubro de 1986, o seguinte editorial:

RECADO AOS PROFESSORES: 15 de outubro. **Dia do Professor. Dia de festa? Dia de reconhecimento?** E os outros 364 dias do ano, como são?

Datas não exprimem a essência das coisas e sim auxiliam na estruturação de mitos. E muitos mitos foram criados em torno da figura do professor, dentre eles, o que exercer o magistério é pura vocação e que o **verdadeiro** professor é aquele que não trabalha pelo salário, mas por idealismo. Agora, na realidade será que o professor alimenta-se somente de idéias, conhecimentos ou títulos?

Está amplamente comprovado, através do magistério, que essa categoria profissional não é valorizada, carecendo de estímulos de todas as ordens e principalmente financeiro. Poder-se-ia dizer que a qualidade do ensino também depende desse fator, pois para um professor se aperfeiçoar, frequentar encontros, seminários e cursos, necessita ter condições.

Outro ponto a ser citado, entre muitos, diz respeito ao professor em si, como educador. Em grande parte das escolas, existem “professores” exercendo o magistério sem possuir a menor tendência, aptidão ou competência, simplesmente, quem sabe, por empreguismo. Mais uma vez, a qualidade do ensino fica prejudicada.

Que esse dia 15 seja de muita reflexão acerca dos problemas que o magistério enfrenta e que proporcione a cada professor condições de uma auto-crítica para avaliação. Pode ser que cada um reconhecendo sua função na estrutura social, política e econômica do país, consiga achar motivos para, no próximo ano, comemorar com maior tranquilidade os seus 365 dias (DEFATO, 12 de outubro de 1986, p. 11, grifos a autora).

O artigo acima, relativo ao Dia do Professor, traz consigo uma série de questões historicamente levantadas pela categoria docente de Bagé. Olhemos inicialmente para o que é argumentado em seu segundo parágrafo, que pondera sobre a criação de *mitos* em torno da figura do professor. Nele, a utilização de ironias por parte da autora aponta para o cerne daquilo o que ela se propõe a debater na editoria: a necessidade de valorização do magistério, como é indicado no trecho subsequente.

Está plenamente comprovado, através das **greves do magistério**, que essa categoria profissional **não é valorizada**, carecendo de estímulos de todas as ordens e principalmente financeiros. Poder-se-ia dizer que a qualidade de ensino também depende deste fator, pois para um professor se aperfeiçoar, frequentar encontros, seminários e cursos, necessita ter condições (DEFATO, 12 de outubro de 1986, p. 11, grifos nossos).

Este enunciado, que denuncia o descaso do Poder Público para com os professores, é ancorado pela realidade vigente à época de sua publicação. O ano de 1986 deu continuidade a uma década repleta de greves nas mais variadas áreas da sociedade — e, principalmente, na educação. Maria da Graça Bulhões e Mariza Abreu (1992), destacam o forte movimento grevista surgido no estado do Rio Grande do Sul a partir de 1979, com o gradual distencionamento das repressões advindas do Regime Civil-Militar. Para as autoras, os chamados anos oitenta representaram um espaço temporal de muita reivindicação, por parte do magistério sul-rio-grandense, por melhorias nas condições de trabalho dos professores.

Tal movimento grevista, no qual nos aprofundaremos em subtópico posterior, pautara a discussão sobre a educação no jornal. Em reportagem com a professora Marisa Codevilla Mata,

que era a Diretora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, são apresentados três projetos educacionais para o município que viriam de encontro para com algumas das pautas que comumente eram cobradas por tais manifestantes; isto é, a expansão do número de vagas na pré-escola e a criação da Classe de Educação Especial que, se hoje demonstra-se antiquada e, inclusive, excludente, na ocasião era encarada como uma inovação com capacidade de corroborar para o “descobrimento e o desenvolvimento” das potencialidades dos discentes que as frequentariam “para que, dentro de suas limitações”, estes, pudessem “torna-se útil e integrados na sociedade e numa classe regular (DEFATO, 12 de outubro de 1986, p. 11)”.

PROJETOS PRIORITÁRIOS: A secretaria Municipal de Educação e Cultura, através da Diretoria de Ensino, está realizando em Bagé três projetos que considera prioritários para que se efetive a aprendizagem no processo educativo e diminua a evasão escolar.

Os projetos atingem à **pré-escola, alfabetização e educação especial**. Para tanto, foi feito um treinamento que envolveu 110 professoras alfabetizadoras num total de 40 horas-aulas e, a partir daí, realizados vários encontros para a atualização.

A **pré-escola** tem como professora responsável Iris Munhoz de Paulo que incentivou a criação de mais 16 classes no município, perfazendo um total de 38 em 1986.

No que tange à **alfabetização**, tramita no Conselho Estadual de Educação um projeto intitulado Ciclo Básico de Alfabetização que já está sendo experimentado em 10 escolas. Tem como objetivo principal prevenir e evitar a repetência em 1ª série. A responsável e coordenadora é a professora Gicelma Pereira.

O projeto de criação da educação especial visa oportunizar ao excepcional deficiente mental educável, o descobrimento e o desenvolvimento de suas potencialidades para que, dentro de suas limitações, possa tornar-se útil e integrado na sociedade e numa classe regular. Atualmente o número de alunos é de 110, distribuídos em sete classes especiais. O atendimento ao excepcional será por uma equipe multidisciplinar constituída por: um médico clínico geral, um pediatra, um oculista, dois psicólogos, dois psico-motricistas, um assistente social, um arte-educador e um psico-pedagogo.

Para o próximo ano o projeto é abrir 15 classes especiais, sendo que, para isso, a Diretoria de Ensino necessita desse material pedagógico e alerta à população para a importância da doação. A professora responsável por este projeto é Marisa Codevilla Mata, diretora de Ensino da SMEC.

Esses projetos evidenciam o esforço da Secretaria para sanar problemas básicos do setor educacional de nossa comunidade (DEFATO, 12 de outubro de 1986, p. 11, grifos da autora).

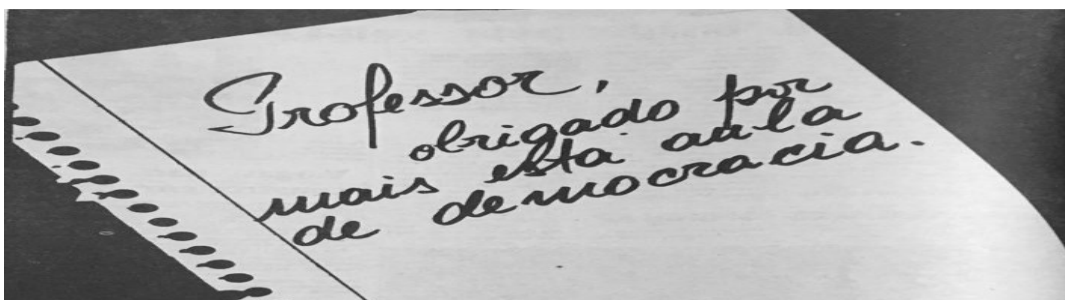
Ainda na entrevista presente acima, encontramos um indício da crise financeira que enfrentava a educação durante o período. A fim de ressaltar esse ponto, destacamos a citação que segue: “Para o próximo ano, o projeto é abrir 15 classes especiais, sendo que, para isso, a Diretoria de Ensino necessita de material pedagógico e **alerta à população para a importância da doação** (DEFATO, 12 de outubro de 1986, p. 11, grifos nossos)”, que indica o cenário de pouca verba o qual a educação enfrentava.

O pouco dinheiro no caixa da educação de Bagé acarretava em problemas nas suas mais diversas esferas. Estes, comumente, diziam respeito a três questões, em específico: a falta de um Piso Municipal para o magistério — que viria a ser aprovado em outubro daquele ano —,

os recorrentes atrasos no repasse do pagamento dos professores e a grave precarização estrutural das escolas da cidade. Cabe dizer, que o momento difícil enfrentado pela rede municipal de ensino, também era reflexo das políticas-educacionais a nível estadual, que vinham sendo duramente criticadas pelo professorado sul-rio-grandense desde o início dos anos oitenta.

2.1.2 O *DeFato* e a Rede Estadual de Ensino: o jornal posiciona-se!

Figura 02 – “Professor, obrigado por mais esta aula de democracia”



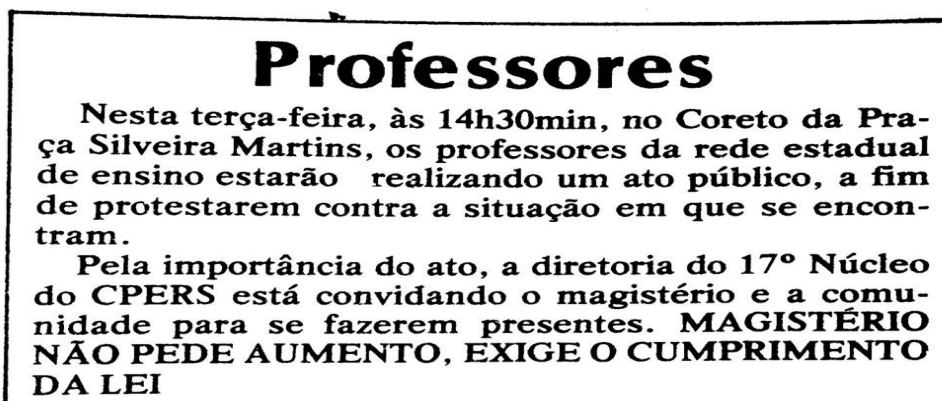
Fonte: Jornal *DeFato*/Arquivo Pessoal

“Professor, obrigado por mais esta aula de democracia” é a frase exposta em arte divulgada na página 08, da edição de 10 a 16 de julho de 1987, do Jornal *DeFato*. A homenagem aos integrantes do magistério, como veremos no decorrer desta subseção, referia-se às atividades do movimento grevista do magistério gaúcho, que naquela altura retornava às aulas após 96 dias de paralisação.

Os motivos que levariam os docentes da Rede Estadual de ensino a entrarem em greve diziam respeito, dentre entre outras coisas, às constantes ameaças de alteração no Plano de Carreira, o descumprimento do pagamento de 2,5 salários-mínimos para toda a categoria e o problema estrutural crônico das instituições de ensino sob o guarda-chuva da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (Bulhões; Araujo, 1992). Para que melhor possamos entender cada um destes pontos, retornaremos a primeira citação existente em nossa fonte sobre a organização reivindicatória do professorado sul-rio-grandense.

Ainda que a greve dos professores do estado do Rio Grande do Sul tenha começado oficialmente em 10 de abril de 1987, é na edição de 17 a 23 deste mesmo mês que a ação começa a ganhar notoriedade no *DeFato*. Logo em sua capa, uma chamada destacada em **negrito**, com o título de *Professores*, convocava os profissionais de educação da rede estadual para um ato público que ocorreria na cidade, com objetivo de protestar “contra a situação que se encontravam” (DEFATO, de 17 a 23 de abril, 1987, p. 01).

Figura 03 – Convocação de professores para ato público



Fonte: Jornal *DeFato*/Arquivo Pessoal

Neste chamamento, que estava sendo realizado pelo CPERS, fica evidente a linha que pautaria o debate por ele feito quanto a questão. Isto é, a de que o governador Pedro Simon (PMDB) deveria cumprir para com os acordos celebrados na greve dos professores em 1985, em que foram conseguidas as seguintes conquistas para a categoria: o piso estadual de 2,5 salários-mínimos, a eleição para diretores de escola, o 13º salário e 35% da receita total do estado para a educação, com ao menos 10% deste valor sendo destinado ao plano de restauração e construção de escolas (Nossa história. CPERS Sindicato, 2023).

As letras garrafais, não por acaso, indicavam que a partir deste movimento não se estava buscando quaisquer novas vantagens, justamente porque havia o entendimento por parte do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, de que o pemedebista buscaria manipular a opinião pública, a fim de gerar desgaste à organização dos professores. E, se numa primeira oportunidade, a greve obteve apenas uma nota repercutindo a convocação do CPERS para a manifestação, já na edição seguinte o assunto ostentou a capa do semanário, que estampara uma foto do protesto realizado em Bagé na semana anterior.

Figura 04 – “Longe do acordo”



Fonte: Jornal *DeFato*/Arquivo Pessoal

A fotografia exposta na capa da edição de nº 29 do *DeFato*, nos permite algumas interessantes ponderações sobre a participação do ato em prol do magistério. A primeira, de que naquele momento um acordo não estava próximo de acontecer, como é indicado pelo título estampado na capa do veículo, ainda que a mobilização demonstrasse, desde o seu princípio, uma grande adesão (Bulhões; Abreu, 1992).

Além do que é indicado acima, é por meio da imagem que podemos ter a percepção de que as escolas afetadas diretamente pelos problemas do magistério, se fizeram presentes na manifestação. Mas não só isso, o ponto mais curioso da foto é a presença de uma placa, possivelmente de integrantes da DE¹⁵, que se faziam presentes e favoráveis à greve, apesar de terem naturalmente uma grande proximidade com o governo estadual que os indicava.

Na mesma tiragem do jornal, em sua contracapa, o tema voltaria a ser abordado. Desta vez, por Mario Pinheiro, que comumente respondia editorialmente pelo espaço. Ele, de antemão, desvela o posicionamento do *DeFato* referente ao movimento:

Não há dúvidas de que o movimento dos professores estaduais (bem como o de outros segmentos do funcionalismo) **assenta-se em reivindicações justas**. Trata-se do exercício do direito de greve à realização da greve por um direito. Ou seja: o cumprimento do acordo transformado em lei ainda no governo anterior (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 02, grifos nossos).

Ao colocar-se favorável às mobilizações grevistas, tratando-as enquanto *justas*, Pinheiro dá o tom da cobertura sobre o assunto que o meio de comunicação o qual era fundador seguiria dali em diante. Não obstante, no mesmo espaço, aproveita-se para criticar a própria imprensa, que na sua leitura dava pouco valor ao ocorrido, como se estivesse aliada ao PMDB.

O que há de novo nesta greve, além, é claro, **da visível articulação do governo estadual com boa parte dos órgãos de comunicação**? O movimento dos professores está inserido no cenário de uma aguada e prolongada crise do capitalismo dependente. Os << liberais >> do atual governo tem-se mostrado tão conservadores quanto os seus antecessores. Gerenciam a economia mantendo os privilégios dos mesmos grupos que lucraram nas últimas décadas às custas do arrocho salarial e da pauperização dos trabalhadores (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 02, grifos nossos).

Especificamente à ação de Simon descumprir a Lei 8026, mesmo após tê-la valizada em 1985 — quando era oposição ao governo de Jair Soares (PDS) —, o jornalista ponderara o modo como a desvalorização das demandas dos professores era algo quase que comum, quando não poderia ser.

¹⁵ Delegacia de Ensino.

A **luta do magistério** deve estar vinculada a estruturação do sistema educacional e à própria transformação da sociedade. Afinal, a maioria dos professores convive com as mesmas dificuldades das famílias dos alunos. É o **transporte**. Os **obstáculos para um maior aperfeiçoamento**. O **aluguel**. Enfim, a **sobrevivência com um salário de fome** (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 02, grifos nossos).

A matéria, de apoio à greve e de duras críticas ao governo estadual, viria a ser complementada ainda na mesma edição, em reportagem de Geovani Bohi Goulart presente na página 05 do periódico. A observação sobre placas que se faziam presentes na ocasião, corroboram para a construção do relato sobre o ato ocorrido na praça do Coreto, conhecida tradicionalmente por ser o palco dos atos em Bagé.

Alguns dos cartazes que se podia ver na ocasião: << Simon – não mete a mão no nosso ganha pão >>, << Queremos nossa lei já, **não somos marajás** >> e a palavra de ordem << O professor na rua, governo a culpa é tua >> (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 05, grifos nossos).

A utilização da expressão *marajás*, explícita nos cartazes daqueles que protestavam contra o governador do estado, merece um parágrafo à parte. Isso, porque, essa era uma clara referência aos supostos 16 mil servidores fantasmas que Simon havia denunciado existirem dentro do magistério gaúcho. No que tange a este ponto, a professora Josefina Pimentel, que atuava na escola Silveira Martins, questionara dentro da reportagem o porquê, se realmente existiam 16 mil funcionários fantasmas, eles não eram apresentados, visto que isso possibilitaria “mais dinheiro para pagar o resto do funcionalismo” (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 05).

Outro ponto importante sobre a greve organizada em solo bajeense, diz respeito a sua organização, que naquela altura contava com assembleias diárias que eram realizadas na Câmara de Vereadores de Bagé, com objetivo de deliberar atribuições e tirar encaminhamentos que seriam seguidos pelos professores no dia posterior (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 05).

Abaixo, apresentamos retratos anexos ao *DeFato* que ajudam na construção da leitura acerca do cenário do que estava acontecendo na cidade, bem como do tom adotado pelo veículo no que diz respeito ao tratamento direcionado ao Movimento Grevista.

Figura 05 – Assembleia realizada na Câmara Municipal de Bagé



Fonte: Jornal *DeFato*/Arquivo Pessoal

Figura 06 – Descontentamento dos professores manifestado publicamente [1]



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 07 – Descontentamento dos professores manifestado publicamente [2]



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 08 – Salas de aula vazias



Fonte: Jornal *DeFato*/Arquivo Pessoal

Conclusão

Começamos a conclusão dos resultados obtidos a partir do estudo acerca do DeFato, destacando que as pesquisas situadas no campo da história da educação jamais serão cristalizadas em si mesmas, pois a sua matéria-prima, as fontes, estão por aí, a todo lugar, a todo momento. De tal modo, aproveitamos esse espaço para partilhar algumas reflexões sobre o percurso da educação pública em Bagé no período de reabertura democrática.

O *DeFato* surge na esteira de mudanças significativas e estruturais que estavam ocorrendo na sociedade brasileira durante a fundação da Nova República (1985-atual); questão essa que ajuda a compreender algumas das principais demandas que a população possuía à época. Referimo-nos, aqui, a um movimento em torno da cidadania, do direito à participação e do rompimento total para com as amarras políticas e de costumes da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

No âmbito educacional, as demandas não apresentariam-se tão diferentes. Buscava-se, dentre outras coisas, por condições dignas de trabalho, salários justos e pela gestão democrática nas escolas municipais e estaduais. É, pois, sob as páginas de um veículo alternativo de comunicação fundado na Região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul que procuramos nos ater às conquistas e às derrotas obtidas pelo magistério bajeense e gaúcho durante os anos de 1986 e 1987.

Dessa forma, pudemos notar por meio do contato e da análise de reportagens completas, imagens e fragmentos de texto, como as vitórias obtidas pelo professorado sul-rio-grandense deram-se sempre em decorrência do tensionamento da categoria ante a agentes públicos, que ainda que muitas vezes tenham se utilizado da temática da educação para se eleger, quando ocupando os espaços de poder, acabaram negligenciando o debate sobre o tema.

É no que se refere a égide da *luta sindical*, em defesa dos seus direitos, que os professores atravessam por grandes períodos de greve na rede municipal de ensino e, principalmente, na estadual, que recentemente havia eleito Pedro Simon (PMDB) enquanto governador.

A partir do ano de 1987, o enfrentamento às medidas adotadas pelo Chefe do Executivo gaúcho acarretou na maior greve da história dos educadores no estado. Estes, por sua vez, denunciariam a falta de diálogo por parte do governo, bem como as ameaças, perseguições e calúnias advindas até mesmo da Secretaria de Educação e Cultura.

Apartando-se de uma leitura, muitas vezes, superficial e declaratória sobre as questões polêmicas do dia-a-dia do magistério, como outros meios de comunicação faziam, o *DeFato*

passa então a realizar uma ampla cobertura sobre o movimento grevista que tinha como principal reivindicação o cumprimento da Lei 8026, que previa o pagamento de um Piso Estadual do Magistério com base de 2,5 salários-mínimos.

Sobre a importância do *DeFato* para a imprensa bajeense, o próprio CPERS agradecerá publicamente em nota publicada no jornal:

A comissão de imprensa do comando e greve do 17º Núcleo do CPERS agradece ao << DeFato >> pelo apoio que dispensou durante este período, divulgando neste semanário os rumos do movimento (DEFATO, de 10 a 16 de julho, 1987, p. 07).

Enfim, a principal contribuição do impresso durante as 53 edições que teve, entre os anos de 1986 e 1987, foi a de estabelecer análises conjecturais amplas e complexas sobre os embates a nível educacional que ocorreram em Bagé nos anos que antecederam a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Ademais, quando voltamos o olhar novamente ao *DeFato*, faz-se possível um deslocamento de nosso escopo de análise para outra direção dentro do jornal, que nos possibilitaria um olhar atento, por exemplo, para a transição da FUnBA¹⁶ para Urcamp¹⁷, que acontecera no desenrolar de 1987. Ou, até mesmo, para a relação do período de fundação do veículo com as escolas privadas, apontando à realidade que viviam à época.

Referências

BICA, Alessandro. **A organização da educação pública municipal no governo de Carlos Calvacante Mangabeira (1925-1929) município de Bagé**. São Leopoldo, 2013.

BULHÕES, M.G.; ABREU, M. **A Luta dos professores Gaúchos (1979/1991): o difícil aprendizado da democracia**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

CUNHA, Murilo Bastos Da. **Desafios na construção de uma biblioteca digital**. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257–268, 1999. Disponível em: <http://www.cg.org/gt/gtbv/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DEFATO, J. **Jornal DeFato**. Bagé. Brasil, 1986-1987.

LEMIESZEK. Cláudio. **Governos e governantes de Bagé**. 1ª ed. Bagé, 2003.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Editora Pedagógica e Universitária. Rio de Janeiro, 2012.

MENDONÇA, E.F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

¹⁶ Faculdades Unidas de Bagé

¹⁷ Universidade da Região da Campanha

NÓVOA, Antonio. **Profissão Professor**. Porto Editora. Portugal, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do Regime Militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso: 12/02/2023.

PERALVA, Angelina Teixeira. **E os movimentos de professores da rede pública?**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1988.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01005742001000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2018

RIBEIRO, D. **O livro dos CIEPs Rio de Janeiro**: Bloch Editores, 1986.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. São Paulo: Cortez e Autores Associadas, 1985.

RODRIGUES, Tobias. **As contribuições do Repositório Digital Tatu da UNIPAMPA para a pesquisa e pesquisadores em História da Educação**. Bagé, 2020.

TRAINA, A. **Como fazer pesquisa bibliográfica**. SBC Horizontes. Vol. 2. Minas Gerais, 2009.

VIEIRA, E.A. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez, 1983.

SOBRE O/AS AUTOR/AS

Matheus Rodrigues dos Santos. Graduado em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé - RS. Atuou de setembro de 2015 até fevereiro de 2018 como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). Em 2018, foi bolsista CNPQ do projeto "Análise de Discurso e Ensino de Língua". E, em 2019, fez parte do Programa de Educação Tutorial (PET). Atualmente, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Unipampa, e realiza pesquisa na área da História da Educação.

Contribuição de autoria: escrita do artigo - <https://lattes.cnpq.br/6109102796267574>

Alessandro Carvalho Bica. Atualmente é Diretor da UNIPAMPA (Gestão 2021-2025), Campus Bagé. É Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014), Mestre em Educação (2006) e Licenciado em História (1997) pela Universidade Federal de Pelotas; Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) na área de Educação; Docente Permanente no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGMAE/UNIPAMPA/Bagé; Foi presidente da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) no Biênio 2019-2021.

Contribuição de autoria: escrita e revisão do artigo - <http://lattes.cnpq.br/0637516284559113>

Como citar

SANTOS, Matheus Rodrigues dos; BICA, Alessandro Carvalho . Um estudo sobre a educação em Bagé no período de redemocratização a partir do Jornal de Fato (1986-1987). **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 3, e13787, 2024. DOI: 10.22481/redupa.v3.13787.